

FAMÍLIA NOS LIVROS DIDÁTICOS EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA NO CAMPO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DO ESTADO

FAMILY IN TEXTBOOKS IN TIMES OF RESISTANCE IN THE POLITICAL IDEOLOGICAL FIELD OF THE STATE

Daiany Almeida Nunes¹

Juliana Maia Bento²

Luci Aparecida Souza Borges de Faria³

Maria de Lourdes Pinheiro⁴

Gabriela Souza Faria⁵

RESUMO

A pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, realizada como trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da FAMA, analisou os livros didáticos de História e Geografia do 1º ano do Ensino Fundamental I, disponibilizados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), visando responder aos questionamentos: “Como o tema família é tratado nos livros didáticos do Ensino Fundamental I?”, “Apresenta resistência no campo político-ideológico do Estado?”. A partir do levantamento bibliográfico do termo “família na escola”, percebemos que o tema é estudado pelas diversas áreas do conhecimento, os quais trazem a problematização das diferentes configurações de família, de forma que a escola precisa se atentar de que, em uma sociedade capitalista, a forma de participação destas na vida escolar dos filhos nem sempre é a esperada pelos professores. Por sua vez, nos livros didáticos de Geografia e História do 1º ano do Ensino Fundamental I (Ápis, 2ª edição, 2017), adotados pelas escolas municipais de um município do Pontal do Triângulo Mineiro, foi perceptível a preocupação em abordar as diversas culturas, etnias e modos de se unir em família atualmente. Desta forma, concluímos que os livros didáticos adotados apresentam resistência aos ataques político-ideológicos atuais conservadores, sobretudo do Estado, que defende um único e exclusivo modelo familiar.

Palavras-chave: Família. Livro didático. Resistência.

1 Graduada em Pedagogia, Faculdade Aldete Maria Alves/FAMA, Iturama/MG. daidaialmeidanunes@hotmail.com

2 Graduada em Pedagogia, Faculdade Aldete Maria Alves/FAMA, Iturama/MG. Julianamaiabento@hotmail.com

3 Graduada em Pedagogia, Mestre em Educação (PUC-Campinas), Doutoranda em Educação (UFU). Pedagoga UFTM e Docente da Faculdade Aldete Maria Alves/FAMA, Iturama/MG. luci.uftm@gmail.com

4 Graduada em Pedagogia e História, Mestre e Doutora em Educação. Pesquisadora do grupo CIVILIS (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania), da FE/Unicamp. pinheiro.lou@gmail.com

5 Graduada em Enfermagem e Fisioterapia, Mestre em Educação Fisioterapia. gabrielasf26@hotmail.com

ABSTRACT

The qualitative bibliographic research, carried out as a conclusion work for the FAMA Pedagogy course, analyzed the History and Geography textbooks of the 1st year of Elementary School, made available by the National Book and Didactic Material Program (PNLD), aiming to answer the questions: “How is the family theme dealt with in the textbooks of Elementary School?”, “Does it present resistant in the political-ideological field of the State?”. From the bibliographic survey of the term “family at school”, we realize that the theme is studied by the various areas of knowledge, which bring the problematization of the different family configurations, so that the school needs to be aware that, in a capitalist society, their form of participation in their children’s school life is not always what is expected by teachers. In its turn, in the Geography and History textbooks of the 1st year of Elementary School (Ápis, 2nd edition, 2017), adopted by the municipal schools of a municipality in Pontal do Triângulo Mineiro, the concern in approaching the different cultures, ethnicities and ways to unite as a family today was noticeable. Thus, we conclude that the textbooks adopted are resistant to current conservative political-ideological attacks, especially from the State, which defends a unique and exclusive family model.

Keywords: Family. Textbook. Resistance.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema “família nos livros didáticos em tempos de resistência no campo político-ideológico do Estado”. O Brasil vem adotando medidas políticas para impor um modelo de família e elegendo bancadas conservadoras para legislar em prol da defesa de ideias que representam uma parcela religiosa das igrejas católica e evangélicas e, neste contexto político, o conceito de família vem sendo amplamente discutido no Congresso. Como exemplo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 470/2013 cria o Estatuto das Famílias, o qual vinha tramitando no Senado Federal desde o ano de 2013, mas foi arquivado em 21 de dezembro de 2018.

Cabe ressaltar que, desde 2013, o Brasil passa a discutir amplamente o tema família e, neste contexto, a sociedade brasileira se divide em apoio a candidatos que utilizam do termo para ganhar adeptos ao conservadorismo e menosprezando a pluralidade presente no cenário territorial brasileiro, defendendo um sistema moral sem precedentes.

Ao defenderem que os modelos de família são responsáveis pela violência e por todos os males da sociedade vigente, a ala conservadora da sociedade brasileira vem sendo pesquisada por Lima e Sekkel (2019), os quais ressaltam que as mudanças na escola podem responder a esta polêmica distorção

do distanciamento da família na escola, muitas vezes interpretada pelo simples descaso desta para com a escola, por meio das atividades de estudo que “podem se apropriar, ativa e criativamente, dos conhecimentos escolares, a partir das condições construídas pelas relações escolares e pela atividade de ensino do professor” (LIMA; SEKKEL, 2019, p. 3). De tal modo, é necessário levar em conta que as relações sociais não são harmoniosas.

Assim, adotou-se como problema de pesquisa as seguintes questões: “Como o tema família é tratado nos livros didáticos do Ensino Fundamental I?”, “Apresenta resistência no campo político-ideológico do Estado?”.

Diante das formas de representação das famílias nos livros didáticos, confere-se a responsabilidade ao currículo nacional, que, por sua vez, transmite a responsabilidade para o docente, que, sem o apoio do livro didático, terá de apresentar, pelas suas próprias experiências pessoais, uma maneira de exibir um conceito de família. Contudo, por ser um assunto vasto e, ao mesmo tempo pessoal, causa controvérsia, o que provavelmente provoca constrangimento para a figura do docente, que poderia escolher por um enfoque clássico do assunto ou, unicamente, nenhum enfoque, reforçando o constrangedor silenciamento que já existe.

Considerando o livro didático um componente cultural, busca-se investigá-lo sob a forma de um veículo de ideologias a serviço de interesses políticos, em pesquisas que têm em vista mostrarem aspectos da organização social em diversos períodos e lugares por meio dos fazeres pedagógicos inscritos nas obras. São estudos volvidos, portanto, para os aspectos que estão no entorno do livro, no seu argumento de produção e movimentação e que reverberam no texto.

Para tanto, definiu-se como objetivo geral da pesquisa realizar a análise de como o tema “família” é abordado nos livros didáticos de História e Geografia, adotados no Ensino Fundamental I das escolas municipais de ensino de um município do Pontal do Triângulo Mineiro.

Os objetivos específicos foram fixados em: verificar o tema família em relação ao PLS 470/2013 que tramitava no Senado (vindo a ser arquivado em 2018); pesquisar como o tema família e a relação com a escola vem sendo discutido por diferentes autores (PIMENTA, 2014; BITTELBRUNN, 2016); e comparar os resultados obtidos com os livros didáticos encontrados nas escolas.

Justifica-se que é de extrema importância a participação da família na

escola para a educação de seus filhos, porém, percebe-se que este elo entre escola e família parece se dissipar nas relações do silêncio, por estar fora dos padrões de família destacados pelos órgãos governamentais.

CONTEXTUALIZANDO O TEMA FAMÍLIA

Segundo a gramática da língua portuguesa, família tem origem no latim *familia*, e significava “grupo doméstico” ou o conjunto das propriedades de alguém, o que incluía os escravos e os servos. Família deriva de *famulus* ou *famuli* no plural, e significava “Servo ou escravo doméstico” (GRAMÁTICA, 2020, s/p).

A partir da origem da palavra pode-se inferir que está ligada a servidão, ou seja, um espaço de não questionamento e, principalmente, da servidão da mulher, pois vivemos em uma sociedade patriarcal.

A família, como quaisquer outras instituições humanas, transformou-se ao longo do tempo. E em cada continente do planeta, em cada civilização e cultura específica, a estrutura da organização familiar assumiu formatos que se ajustaram às condições econômicas e sociais ou mesmo influenciou tais condições. Na história da formação da sociedade brasileira, especialmente no período da colonização do Brasil, o modelo de família que se formou foi o modelo patriarcal. O modelo patriarcal, como o próprio nome indica, caracteriza-se por ter como figura central o patriarca, ou seja, o “pai”, que é simultaneamente chefe do clã (dos parentes com laços de sangue) e administrador de toda a extensão econômica e de toda influência social que a família exerce. (FERNANDES, 2020, s/p).

A ideologia patriarcal está enraizada na sociedade e acaba por se dividir em alas políticas conservadoras e progressistas, fazendo com que bancadas partidárias adotem posturas e se elejam em defesa de uma única configuração familiar, desconsiderando o movimento social que não se estabiliza em um único modelo de família.

A sociedade civil resolve as lutas familiares criando a diferença entre os interesses públicos e os privados, e regulando as relações entre eles através do Direito (público e privado). A sociedade civil é a negação da família. Isso não significa que a família não depende dela própria, mas é determinada pelas relações da sociedade civil. Isso significa que o indivíduo social não se define como membro da família (como pai, mãe, filho, irmão), mas se define por algo que desestrutura a família: as classes sociais. (CHAUI, 2003, p. 45).

Diante do exposto, é possível afirmar que o entendimento conservador de família tem uma estreita ligação com os interesses privados em acumular bens e defender a propriedade privada contando com a ajuda do Estado gerando, desta forma, os conflitos sociais de classe, pois na sociedade temos aqueles que acumulam bens e os que trabalham para sua sobrevivência.

A produção e reprodução das condições de existência depende de condições naturais (as do meio ambiente e as biofisiológicas do organismo humano) e do aumento da população pela procriação. Esta, além de ser natural, já é também social, pois determina a forma de intercâmbio e de cooperação entre os homens, forma esta que, por sua vez, determina a forma de produção na divisão do trabalho. A produção e reprodução das condições de existência através do trabalho (relação com a natureza), da divisão do trabalho (relação de intercâmbio e de cooperação entre os homens), da procriação (sexualidade e família) constituem em cada época o conjunto das forças produtivas que determinam e são determinadas pela divisão social do trabalho. Essa divisão, que já se inicia na própria família, conduz à separação entre pastoreio e agricultura, entre ambos e a indústria e entre os três e o comércio. Estas separações conduzem à separação entre cidade e campo, ao mesmo tempo em que, no interior de cada esfera de atividade, novas formas de divisão do trabalho desenvolvem-se. (CHAUÍ, 2003, p. 58).

O direito à família vem desde os primórdios no Código de Hamurabi⁶ e, mais atualmente, na Declaração dos Direitos Humanos (1948), pela qual, no art. 16, encontramos: “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 10).

Quadro 01: Tramitação do PLS 470/2013 (Estatuto da Família).

Data	Situação	Ação
12/11/13	Aguardando recebimento de emendas	Recebido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

⁶O primeiro código de leis escrito de que se tem notícias, foi o Código de Hamurabi, que foi gravado em uma tela de basalto negro por volta do século XVIII a.C., que hoje se encontra no museu do Louvre, em Paris. O Código de Hamurabi defendia a vida e o direito de propriedade, e contemplava a honra, a dignidade, a família e a supremacia das leis em relação aos governantes. Esse código contém dispositivos que continuam aceitos até hoje, tais como a Teoria da imprevisão, que fundava-se no princípio de talião: olho por olho, dente por dente. Depois deste primeiro código, instituições sociais (religião e a democracia) contribuíram para humanizar os sistemas legais” (SILVA, 2006, não paginado).

13/11/13	Aguardando recebimento de emendas	Recebido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
14/11/13	Aguardando recebimento de emendas	Prazo para recebimento de emendas.
22/11/13	Aguardando designação de relator; não foram recebidas emendas	Não foram recebidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.
07/02/14	Designa relator	A presidenta da CDHLP, senadora Ana Rita, designa o senador João Capiberibe, relator da matéria. Ao Gabinete do Senador para emitir relatório.
17/07/14	Pronta para a pauta na comissão	Devolvido nesta data pelo Senador, com relatório concluindo pela aprovação da matéria.
01/08/14	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa n. 1, de 2014, do Sec. Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.
26/08/14	Pronta para a pauta na comissão	A comissão recebeu nesta data, manifestação pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2013, da União dos Juristas Católicos de São Paulo - UJUCASP e Associação de Direito de Família – ADFAS, sob a alegação de que a matéria pretende substituir todo o livro de Direito da Família do Código Civil Brasileiro, entre outras normas legais, o que seria inconstitucional.
18/12/14	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.
06/03/15	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – matéria com a relatoria	O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, designa o Senador João Capiberibe relator da matéria
24/09/15	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Audiência Pública	Devolvido nesta data pelo Senador João Capiberibe, relator da matéria, em virtude da aprovação do RDH nº 73, de 2015, de iniciativa do Senador Magno Malta, para realização de Audiências Públicas para instruir a matéria.
07/06/17	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Audiência Pública	Na 35ª Reunião, realizada nesta data a Comissão aprova o RDH nº 59 de 2017, de iniciativa Senador João Capiberibe para a realização de audiência pública para instruir o projeto.

03/08/17	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Audiência Pública	Recebido ofício nº 418/2017 do Ministério dos Direitos Humanos solicitando agilidade na apreciação a aprovação do projeto.
14/12/17	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Audiências públicas referidas no RDH nº 73/2015 e 59 de 2017, não foram realizadas.
14/12/18	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Audiências públicas referidas no RDH nº 73/2015 e 59 de 2017, não foram realizadas.
17/12/18	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Encaminhada à SGM para providências relativas ao final da legislatura.
21/12/18	Arquivada ao final da Legislatura	A proposição é Arquivada ao final da Legislatura nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.

Fonte: Agência Senado, 2020 (adaptado pelas autoras)

O Brasil vem atravessando desde o ano de 2013, uma divisão entre o conservadorismo e moral Cristã, grupo amplamente representado no Congresso Nacional e desta forma, a pluralidade em relação ao tema família tem sido desprezada.

Se a ideia de que os valores nascem do fazer humano e sobre ele retroagem é retomada, é possível notar que os valores sociais inauguram as ações por convicção moral, ou a busca pelo agir correto. Nascem sistemas de valores que traduzem visões de mundo, sociedade, natureza, divindade, etc. O agir humano passa a ser objeto de julgamento e deve necessariamente ser enquadrado em um sistema moral, pois não se descola mais do sistema de juízos mantidos pela sociedade. A questão passa a ser quais valores são regentes ou centrais numa certa visão social de mundo, o que recoloca o campo de disputas na história das sociedades de classe: o que é justo e certo para uma classe ou grupo social, não necessariamente o é para outra. Se hoje se vive uma crise de valores, é necessário pensar quais são os valores desejáveis, quais se espera que perseverem como centrais na sociedade em disputa [...]. (MESQUITA; BATISTA; SILVA, 2019, p. 10).

Conforme a Cartilha do Divórcio para os Pais (BRASIL, 2013), as configurações familiares atuais não são as preconizadas pela ala conservadora da sociedade brasileira, pois, atualmente, temos no mínimo nove modelos para se considerar “família”.

Nuclear – pai, mãe e filhos vivem todos juntos. **Monoparental** – os filhos vivem apenas com um dos pais. **Recomposta ou reconstituída** – após o divórcio, a mãe ou o pai passa a viver com outra pessoa. **Alargada ou ampliada** – dentro da mes-

ma casa residem os pais, os filhos, os avós, os tios, os primos etc. **Homoparental** – composta por dois sujeitos mesmo sexo, sejam homens ou mulheres que residem juntos. **Binuclear** – composta por dois lares que se formam após o divórcio. Ambos os pais permanecem responsáveis pelos cuidados dos filhos, atendendo as necessidades deles de forma integral. **Família Poliafetiva** – consiste na relação entre mais de duas pessoas. Na relação poliafetiva todos são casados entre si, podendo inclusive lavrar escritura pública para documentar a relação. **Família Substituta** – Em hipótese, quando a família natural não está sendo capaz de garantir os direitos decorrentes do princípio da proteção integral, será promovida a colocação da criança e adolescente em uma família substituta, compreendendo três espécies: a guarda, a tutela e a adoção. **Família Unipessoal** – é a composta por apenas uma pessoa. (BRASIL, 2013, p. 12, grifo do autor).

Ao defenderem que os modelos de família são responsáveis pela violência e por todos os males da sociedade vigente, a ala conservadora da sociedade brasileira vem sendo pesquisada por Lima e Sekkel (2019), os quais ressaltam que as mudanças na escola podem responder a esta polêmica distorção do distanciamento da família na escola, muitas vezes interpretada pelo simples descaso desta para com a escola, por meio das atividades de estudo⁷, pois é necessário levar em conta que as relações sociais não são harmoniosas.

Assim, entender a atividade de estudo demanda perscrutarmos como as relações sociais, escolares e familiares constroem condições para que cada membro das novas gerações desenvolva interesses e necessidades relacionadas aos conhecimentos escolares e internalize os procedimentos necessários à objetivação desta atividade, o que pressupõe discutir, no contexto social em geral, como são valorizados e significados os conhecimentos escolares e qual projeto de escola a sociedade preconiza. Some-se a isto, a nevrálgica análise sobre como são elaboradas condições sociais, econômicas e políticas para que a atividade de ensino, no contexto escolar, concretize seu objetivo de criar necessidades, demandas e meios para a efetivação da atividade de estudo. (LIMA; SEKKEL, 2019, p. 9).

Desta forma, ao propormos estudar a temática “família” é necessário despir-nos de preconceitos e aprofundarmos sobre estas questões implícitas e que, muitas vezes, nos levam a visões reduzidas sobre o tema, pois ao nos depararmos com projetos de lei que representam o conservadorismo e que tentam

⁷ A atividade de estudo é entendida como uma via por meio da qual os estudantes podem se apropriar, ativa e criativamente, dos conhecimentos escolares, a partir das condições construídas pelas relações escolares e pela atividade de ensino do professor (LIMA; SEKKEL, 2019, p. 3).

desconsiderar as várias configurações de família, vivenciamos a oportunidade de nos juntarmos a outras vozes que defendem que a escola é o lugar da diversidade e da pluralidade de ideias.

A FAMÍLIA E A RELAÇÃO COM A ESCOLA

Não é possível desvincular a temática família e a sua relação com a escola, pois ao longo da trajetória política e ideológica, o Estado defende o modelo burguês e o espaço escolar acaba sendo o local de fazer com que tal referência seja difundida, uma vez que o aparato estatal usa de suas artimanhas para que o modelo hegemônico seja o mais valorizado e considerado o melhor para ser seguido e defendido, conforme nos aponta Pimenta (2014).

Desta forma, é bastante comum observarmos nos discursos nos espaços escolares de que a família não participa da escola e delega as suas responsabilidades para o professor, o que nos remete a um modelo de família que não é compatível à realidade de nossas crianças, pois para a sobrevivência, os responsáveis pela casa precisam buscar formas de colocar o sustento para a prole, o que, muitas vezes, não lhes permitem este diálogo com a escola.

A família moderna, burguesa nasceu e impregnou sua ideologia na sociedade contemporânea. Seus costumes, valores, modo de ser e gerir a sociedade ainda é referência e permanece no ideário como modelo e ideal a ser alcançado. No entanto sabe-se que nas classes sociais empobrecidas pelo processo de expansão do sistema capitalista as condições objetivas de sobrevivência nem sempre permitiram a incorporação desse modelo. (PIMENTA, 2014, p. 143).

Foi possível identificar, pela busca realizada em livros, revistas e artigos, que o tema família e a participação desta na escola tem sido objeto de pesquisa de diferentes áreas do conhecimento, pois o clamor da não presença da família na escola e a definição dos papéis de a quem cabe ensinar os valores e a quem cabe o ensino é palco de muitas discussões e responsabilizações.

As diversas áreas do conhecimento vêm se dedicando a entender essa nova forma de viver em família em busca de romper com os preconceitos e identificar os aspectos que merecem serem cuidados em relação a estas relações que ainda são vistas como problema em nossa sociedade. Estes são alguns dos modelos familiares identificados em nossa sociedade e reconhecidos por diversos estudos e pesquisas que tratam do tema. Na

atualidade o desafio está em lutar para que as políticas públicas alcancem satisfatoriamente a realidade destas famílias, independentemente de sua constituição. (PIMENTA, 2014, p. 180).

Ao identificarmos que a relação da família com a escola é objeto de pesquisa de diversas áreas do conhecimento, perpassando a Educação, a Psicologia, o Serviço Social e o Direito, percebemos que é um tema bem conflitivo na sociedade e vem sendo ainda mais pelas diversas configurações familiares na sociedade atual.

Família e escola representam duas instituições fundamentais no processo de educação do indivíduo. Em diferentes momentos históricos foram marcadas por expectativas acerca do seu desenvolvimento e na atualidade encontram-se intrinsecamente interligadas por papéis e funções muitas vezes confundidos entre si. A importância destas duas instituições para a formação plena do ser humano é indiscutível e cada vez mais se evidenciam os problemas e conflitos causados pelas divergências acerca de suas funções. (PIMENTA, 2014, p. 183).

A busca realizada serviu-nos de reflexão acerca de que os modelos de família caminham para que a escola vise novos paradigmas da constituição familiar, pois as leituras apontam que, embora os diversos arranjos estejam presentes no contexto da escola, estes ainda são motivo de desconforto no espaço escolar.

Há uma postura, por parte dos educadores, de chamamento de uma família nuclear (pai, mãe e filhos), com certo privilégio nos rituais escolares, mas também há a escuta de ruídos para a quebra desse paradigma frente a famílias que não obedecem a tal composição (famílias recompostas, monoparentais, homoafetivas, dentre outras). Afina-se tal investigação com a ideia de que a apreensão pela escola do conceito ainda merece maturação, e de como se estruturam e funcionam as diferentes configurações familiares, anunciando-se, então, um tempo de maturação e aprendizagem. Lembrando que as configurações diferenciadas de família já se expressam na escola e no contexto social, de forma majoritária. Averiguou-se, assim, que o mal-estar na escola apresenta várias facetas, uma delas que se insurge pela (não) relação com as famílias nas suas tipologias variantes e seu dinamismo. (BITTELBRUNN, 2016, p. 9).

O fato de a escola estar buscando aprender e amadurecer para as estruturas e funcionamento das diferentes configurações de família, já é um indicativo significativo para que haja o rompimento de paradigmas conservadores de

escola/família.

METODOLOGIA

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, para buscarmos uma fundamentação teórica a partir das leituras, fichamentos e resumos de livros, revistas e artigos sobre a temática “família na escola”.

A pesquisa bibliográfica deve ser o primeiro passo. Por meio dela, procuram-se fontes com o auxílio de bases de dados, valorizando os documentos escritos que melhor se adaptem ao tema escolhido. Bases de dados são ferramentas de pesquisa que proporcionam o acesso a diversos tipos de texto. (LIMA, 2006, p. 84).

O levantamento bibliográfico foi realizado de forma aleatória, sem recorte temporal definido, no sentido de comparar o tema família em relação ao PLS 470/2013 que tramitava no Senado (vindo a ser arquivado em 2018).

Existe, de fato, uma multiplicidade de fontes documentais, cuja variedade não se compara à informação que elas contêm. Isso porque a pesquisa documental exige, desde o início, um esforço firme e inventivo, quanto ao reconhecimento dos depósitos de arquivos ou das fontes potenciais de informação, e isto não apenas em função do objeto de pesquisa, mas também em função do questionamento. (CELLARD, 1996, p. 298).

A partir da pesquisa bibliográfica, em agosto de 2020 foi feito um levantamento dos livros didáticos de História e Geografia adotados no Ensino Fundamental I das escolas municipais de ensino de um município do Pontal do Triângulo Mineiro, cujos dados estão representados por meio de quadros e figuras.

A abordagem para a análise dos dados foi qualitativa, no sentido de compreendermos como o tema família está sendo abordado nos livros didáticos do Ensino Fundamental I da rede pesquisada, e de posse dos dados e da análise realizada foi elaborado o presente artigo.

O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E A ABORDAGEM DO TEMA FAMÍLIA

A legislação que trata do livro didático, inicialmente, foi tratada em 1985,

contexto que antecede a transição do período da Ditadura Militar para a Democracia, momento de discussão da Constituição Federal brasileira de 1988.

Nesse contexto de mudanças, o Governo Federal, através do decreto Lei nº 91.542 de 19 de agosto de 1985, estabeleceu, entre outras determinações, que os livros didáticos seriam escolhidos pelos professores, conforme a sua área de atuação, e deveriam ser utilizados por três anos até o momento da nova escolha. Esse decreto também estabeleceu o fim da participação financeira dos Estados no processo de aquisição e distribuição dos livros. (CAVALCANTI; SILVA, 2016, p. 70).

Posteriormente, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) passou a existir tendo como pressuposto legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), elaborada em 1996, pela qual garantiu-se a distribuição de material didático como parte do dever do Estado com a educação escolar pública (Art. 4º, Inciso VIII), priorizando o atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Vale destacar, ainda, algumas mudanças ocorridas em 2017 com o Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, pelo qual os programas relacionados a livros foram unificados, passando a ser denominado Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

O PNLD está em constante aprimoramento. Com a edição do Decreto nº 9.099, de 18/07/2017, todos os Programas do Livro foram unificados. Assim as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), foram consolidadas em um único Programa, chamado Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD.

A abrangência do Programa também aumentou, passando a incluir no PNLD 2019 o atendimento à educação infantil e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público, desde que atendam à educação infantil e às escolas do campo.

Outra inovação trazida pelo referido decreto foi a possibilidade de as redes de ensino, **em conjunto com suas escolas**, decidirem pela unificação ou não dos materiais que serão distribuídos, sem impedir que cada escola participante do PNLD continue registrando suas escolhas individualmente. (BRASIL, 2019, p. 1).

Os livros de História e Geografia adotados no município pesquisado es-

tão elencados no quadro abaixo.

Quadro 02: Livros Didáticos de História e Geografia do Ensino Fundamental I

Referência	Ano Escolar/Série	Metodologia do Livro
SIMIELLI, Maria Elena. <i>Ápis Geografia</i> , 1º ano do ensino fundamental – anos iniciais. 2. ed. São Paulo: Ática, 2017.	1º ano do ensino fundamental – anos iniciais	Sociointeracionismo – Teoria de Vigotsky
CHARLIER, Anna Maria. SIMIELLI, Maria Elena. <i>Ápis História</i> , 1º ano do ensino fundamental – anos iniciais. 2. ed. São Paulo: Ática, 2017.	1º ano do ensino fundamental – anos iniciais	Sociointeracionismo – Teoria de Vigotsky

Fonte: As autoras, 2020.

Pode-se aferir que o processo de escolha do livro didático para a escola geralmente é realizado pela participação ativa dos professores, os quais lançam os seus olhares para a análise e, em destaque nas obras acima, percebe-se que esteve alinhado às teorias vigentes em 2017, ano da segunda edição de ambos os livros.

Além do destaque para as teorias de educação, nota-se que o material didático vem corroborar com a identidade dos professores que escolhem o que será utilizado buscando responder a questões que sempre se fazem presentes no contexto do planejamento escolar: que cidadãos queremos formar, que concepção de educação acreditamos?

É possível inferir ainda que, embora a escolha dos livros didáticos dependa dos professores e os critérios serem definidos nos manuais/guia do professor e orientações metodológicas disponibilizados pelo Ministério da Educação, há uma certa autonomia para a realização das escolhas até o presente momento e o processo não é neutro, ao contrário traz em si as marcas das tendências pedagógicas do contexto histórico.

Em vista disso, na obra de Charlier e Simielli (2017), disciplina de História, identificamos que foram retratadas as diversidades de configurações familiares, ou seja, houve a preocupação em despertar nas crianças do 1º ano do Ensino Fundamental, a existência de outras culturas, raças e etnias, conforme demonstrado nas imagens abaixo⁸ (capítulo 2, p. 23), ressaltando que não existe apenas a família composta por pai, mãe ou filho(os), mas que é comum

⁸ Agradecemos o apoio de Gabriela Souza Faria pela organização das imagens que localizamos nos livros didáticos.

famílias diferentes, por exemplo, a criança que tem ou está sob os cuidados de um pai e mãe, apenas o pai ou a mãe, com um casal de pais, com um casal de mães, com os avós, outros parentes, com o padrasto, com a madrasta, com pessoas que não são parentes mas os tratam como filhos e em orfanatos, dentre outras configurações.

Figura 1: As famílias são diferentes

A: Família toma café em São Paulo, no Estado de São Paulo, 2016; B: Família indígena da aldeia Ikpeng localizada em Feliz Natal, no Estado de Mato Grosso, 2016; C: Família observa álbum de fotos em São Paulo, no Estado de São Paulo, 2016; D: Casal com filha recém-nascida em São Paulo, Estado de São Paulo, 2013.



Fonte: Charlier e Simielli, 2017

Ao trazer à tona tais composições familiares, o trabalho com este livro didático poderá levar os envolvidos no trabalho docente a reflexões acerca das mudanças sofridas, não só pelas famílias, mas também consequentemente pelas escolas.

Corroborando com a reflexão, Pimenta (2014, p. 191-192) nos apontou em sua pesquisa que,

A escola sofreu imensas transformações, no entanto trata-se de

uma instituição que ainda mantém-se presa a um único modelo cultural e continua criando expectativas em relação a alunos e suas respectivas famílias baseadas em um extrato social que já não frequenta a escola pública. [...] Aspectos valorizados amplamente pela escola como acompanhamento diário dos cadernos, auxílio para a realização das tarefas de casa, participação em todas as reuniões, auxílio às campanhas da escola (bazar, festa junina, quermesses), levar e buscar os filhos à escola, entre outros, que foram construídos pela escola e pela família ao longo de suas histórias precisaram ser revistos em muitas comunidades que não conseguiram atender a tais expectativas. Por outro lado, desconsidera-se a forma com que as famílias encontram para acompanhar a educação de seus filhos, muitas vezes distante das expectativas instituídas pela escola ao longo de sua existência.

Quanto à disciplina de Geografia, o livro didático de autoria de Simielli (2017) aborda as diferenças existentes nas famílias em relação ao número de pessoas, cultura, locais de moradia, diferenças sociais, lazer e ainda raça e etnia.

Figura 2: Viver em Família

A: Família em São Félix do Xingu, no Estado do Pará, 2016; B: Família em Poçoões, no Estado do Pará, 2016; C: Família em São Caetano do Sul, no Estado do Pará, 2017; D: Família em Limoeiro, Estado de Pernambuco, 2015.



Fonte: Simielli, 2017

Vale destacar que Simielli (2017, p. 12) aborda a temática “família” no livro de Geografia, com as perguntas: “Será que todas as famílias são iguais? Você conhece uma família igual à sua?”. Neste contexto, observa-se que a criança, ao visualizar as figuras, poderá se sentir identificada de alguma forma, sendo um ponto bastante positivo encontrado no livro didático adotado.

Figura 3: Viver em Família

A: Família em Minas Novas, no Estado de Minas Gerais, 2015; B: Família em Santa Maria, no Estado de Rio Grande do Sul, 2014; C: Família em Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, 2016; D: Família em São Paulo, Estado de São Paulo, 2016.



Fonte: Simielli, 2017

Em vista dos resultados obtidos na pesquisa, é importante considerar que, embora o PLS 470/2013 que cria o Estatuto das Famílias tenha sido arquivado em 21 de dezembro de 2018, e que tanto na bibliografia pesquisada como no livro didático o conceito de família assumido seja plural, os professores devem ficar atentos, pois o PLS foi arquivado, mas a pressão conservadora continua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar que buscar problematizar o tema família no contexto político-ideológico do Estado é de suma importância para que possamos refletir sobre como a sociedade vem alterando suas formas de sobrevivência, os papéis assumidos pelos membros da família, especificamente as mais carentes, que ao longo da história foram mais sacrificadas em relação ao seu sustento, acesso à educação, saúde, moradia e bens básicos para uma vida digna.

Desta forma, a sociedade vem mudando e, junto a esta, também a família não é mais o modelo patriarcal, burguês, defendido pelas alas conservadoras da política brasileira acompanhada, sobretudo, por cristãos.

Como o espaço escolar é o espaço de convívio e dos conflitos que emergem na sociedade, faz-se necessário trazer para o contexto da escola e para a formação dos professores a reflexão acerca do livro didático e sua abordagem do tema e, ainda, sobre as formas de organização familiar, bem como as dificuldades vivenciadas pelas famílias na busca de educar e sustentar seus filhos.

Despir-se dos preconceitos e ter a empatia é algo que precisa ser tratado com a devida importância pelos professores e gestores das escolas, a fim de apresentarem resistência sob esta onda conservadora que assola a sociedade brasileira, disseminando a discórdia e o ódio pelos desiguais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Escolha PNLD 2019** – Orientações. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/78-apoio-a-gestao-do-livro-didatico?download=12420:orienta%C3%A7%C3%B5es-portal-pnld>. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.099**, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm. Acesso em: 15 nov.2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 jun. 2020

BRASIL. Ministério da Justiça. **Cartilha do divórcio para os pais**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2013. Disponível em: http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/cartilha_divorcio_pais.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020

BITTELBRUNN, Edna. **Família na escola**: devorar o modelo, amar a diferença. 2016. Tese (doutorado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, Salvador, 2016. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/07/EDNA-BITTELBRUNN.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CAVALCANTI, Taíza Ferreira de Souza; SILVA, Alexsandro. Os processos e critérios de escolha de livros didáticos de português: o que dizem os professores? *In*: SOUZA, Fábio Marques de; ARANHA, Simone Dália de Gusmão. (Orgs.). **Interculturalidade, linguagens e formação de professores** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. p. 67-102.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos** – novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996.

CHARLIER, Anna Maria; SIMIELLI, Maria Elena. *Ápis História*, 1º ano do ensino fundamental – anos iniciais. 2. ed. São Paulo: Ática, 2017.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

FERNANDES, Cláudio. Família patriarcal no Brasil. **Brasil Escola**, 2020. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/familia-patriarcal-no-brasil.htm>. Acesso em: 17 abr. 2020.

GRAMÁTICA. **Gramática.net**. 2020. Disponível em: <https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-familia/>. Acesso em: 13 jun. 2020.

LIMA, Cárita Portilho de; SEKKEL, Marie Claire. Notas sobre as relações entre escola, família e sociedade na formação da atividade de estudo. **Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, Uberlândia, MG, v. 3, n. 3, p.1-31, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/51705/27396>. Acesso em: 25 mar. 2020.

LIMA, Márcia Helena de. **Saberes e sabores da produção científica**. Uberlândia: Estrela Cadente, 2006.

MESQUITA, Afonso Mancuso de; BATISTA, Jéssica Bispo; SILVA, Márcio Magalhães da. O desenvolvimento de emoções e sentimentos e a formação de valores. **Obutchenie: Revista Didática e Psicologia Pedagógica**, Uberlândia, MG, v. 3, n. 3, p. 1-25, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/51695/27389>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

PIMENTA, Juliana de Carvalho. **A relação família-escola: concepções e práticas**. 2014. 245 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123962/000831129.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 470**, de 2013. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SILVA, Flávia Martins André da. **Direitos Fundamentais**. 2006. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2627/Direitos-Fundamentais>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SIMIPELLI, Maria Elena. **Ápis Geografia, 1º ano do ensino fundamental – anos iniciais**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2017.